

Sem prazo

O calendário dos últimos 17 meses já desfolhou muitas datas que deveriam ser, segundo as previsões, a de promulgação da nova Carta. Agora o Presidente da Assembléia e as principais lideranças começam a falar em 21 ou 25 de agosto, e ao que tudo indica estão criando mais uma expectativa falsa. Não é lógico esperar que o parto se dê em menos de dois meses.

Foram apresentadas, para o segundo turno, 1.844 emendas. O processo de fusão pode eliminar boa parte, reduzindo-as para mil, com otimismo. No primeiro turno, a média de tempo gasto em cada votação foi de 30 minutos, incluídos os discursos de defesa e ataque. Seriam necessários, portanto, 30.000 minutos, ou 500 horas de trabalho. Ora, a Constituinte não deve funcionar mais do que três dias por semana, como foi no primeiro

turno, a uma média de oito horas de votação por dia. Aproximadamente, 25 horas por semana. Serão exigidas portanto, pelo menos 20 semanas de trabalho, o que equivale a cinco meses. Eles poderão ser reduzidos para dois, se forem feitas votações em bloco dos pontos que não são polêmicos. Com as votações começando no início de agosto — o reinício é no próximo 26, mas julho será queimado com discussões — o encerramento bateria no final de setembro. Só uma pisada forte no acelerador, por parte do Deputado Ulysses Guimarães, pode então fazer com que o País tenha uma Constituição antes do meio de setembro. Mas isso não depende só dele, como também da disposição dos constituintes de viajar a Brasília no início da campanha municipal.